



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROV - 92019

Código de validação: 23E52FA644

Altera o Provimento nº 2/2018, que dispõe sobre os critérios estatísticos para mensuração do volume de produção dos magistrados, estabelecendo metas de produtividade às unidades jurisdicionais, e dá outras providências.

O **Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), e pelo art. 30, II, XXXV e XLIII, e, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

RESOLVE:

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Provimento nº 2/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

II – o conceito de “Processos Não Julgados” compreende todas as classes processuais distribuídas que tenham numeração própria, conforme o Glossário e Esclarecimentos de Metas Nacionais do Poder Judiciário, que ainda não tenham sido julgados definitivamente por sentença, excluindo-se cartas precatórias, de ordem e rogatórias, investigações infracionais e criminais, processos suspensos, procedimentos administrativos e pré-processuais e execução penal.”





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Art. 2º O §2º e as alíneas do §7º do art. 5º do Provimento nº 2/2018 passam a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 5º ...

§2º *A meta anual de julgamento, em cada grupo, corresponderá à soma da mediana das ações registradas/distribuídas do grupo com 30% da mediana dos acervos do grupo, segundo a expressão: Meta Anual de Julgamento = [Mediana (distribuições do grupo) + 0,3 x Mediana (acervos do grupo)], devendo considerar-se:*

...

§7º ...

a) 1.200 (mil e duzentos) julgamentos e 1.200 (mil e duzentas) audiências realizadas por ano, para grupo composto por unidade especializada em juizado criminal;

b) 2.400 (dois mil e quatrocentos) julgamentos e 2.400 (duas mil e quatrocentas) audiências realizadas por ano, para grupo composto por unidade especializada em juizado cível e criminal;

c) 3.600 (três mil e seiscentos) julgamentos e 1.700 (mil e setecentas) audiências realizadas por ano, para grupo composto por unidade especializada em juizado cível;

d) 1.560 (mil quinhentos e sessenta) julgamentos por ano para grupo composto por turma recursal cível e criminal de comarca do interior do Estado;

e) 1.560 (mil quinhentos e sessenta) julgamentos e 600 (seiscentas) audiências realizadas por ano, para grupo composto por unidade da justiça comum.

...”

Art. 3º O art. 5º do Provimento nº 2/2018 passa a vigorar acrescido do §10, com a seguinte redação:

"Art. 5º ...





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

§10. O limite máximo de referência para o grupo composto por turma recursal da capital será publicado em provimento diverso.”

Art. 4º O art. 11 do Provimento nº 2/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“ **Art. 11.** As metas do ano de **2018** das unidades jurisdicionais atingidas pelas regras do art. 7º deste Provimento ficam recalculadas conforme disposto no **Anexo III.**”*

Art. 5º O art. 12 do Provimento nº 2/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“ **Art. 12.** As metas de produtividade para o ano de **2019** serão as constantes do **Anexo IV.**”*

Art. 6º Os **Anexos III e IV** do Provimento nº 2/2018 passam a vigorar conforme consta dos anexos deste Provimento.

Art. 7º Este Provimento entra em vigor na data da publicação, após o que será publicado, no *Diário da Justiça Eletrônico*, o texto consolidado do Provimento nº 2/2018.

Art. 8º As modificações nos sistemas de gestão de promoções e remoções por merecimento e de captação da produtividade dos magistrados decorrentes das disposições deste Provimento serão implementadas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias pela Diretoria de Informática e Automação do Tribunal de Justiça.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.





**Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís (MA), aos 11 de fevereiro de 2019.

Desembargador MARCELO CARVALHO SILVA
Corregedor-geral da Justiça
Matrícula 16014

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 12/02/2019 09:27 (MARCELO CARVALHO SILVA)

